

# A iminência da catástrofe abre os olhos dos ricos

O presidente do Banco Central, Carlos Langoni, resolveu, afinal, dar uma declaração sobre a dívida externa de curto prazo do Brasil, informando que ela é de 11 bilhões de dólares. Há dias a imprensa brasileira vinha veiculando estimativas sobre o assunto e os repórteres aqui procuravam obter das autoridades econômicas algum esclarecimento. Vão esforço. Bastou, porém, que um jornal estrangeiro, da importância do Financial Times, dissesse que a nossa dívida de curto prazo chegava a 30 bilhões de dólares — superando os cálculos mais pessimistas feitos aqui dentro, que não haviam ultrapassado os 23 bilhões de dólares — para que o presidente do Banco Central viesse pressurosamente a público com outras informações.

Claro que elas têm o mesmo valor daquelas já dadas pelas autoridades econômicas desde setembro último, como, por exemplo, de que o Brasil precisava de apenas três bilhões de dólares para fechar o balanço deste ano; depois, que o balanço já estava fechado; mais tarde, que já havia um colchão de liquidez assegurado; que não seria preciso recorrer ao FMI — etc., etc., etc. Não importa: antes que a semana termine, ou talvez na próxima, teremos certamente mais explicações a respeito da dívida de curto prazo.

Assim como tivemos, também nos jornais de ontem, as explicações do presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Collin, sobre o "incidente" de caixa na agência de Nova York na semana passada, que as autoridades disseram não ter ocorrido: "Que bobagem!", disse o irônico ministro Delfim Neto, visto pela televisão embarcando num automóvel logo depois de indagado sobre o problema.

Essa bobagem — agora confirma o presidente do Banco do Brasil — foi um saldo negativo nas contas da agência, apontado pelo sistema de compensações de Nova York, e que teve de ser coberto pelo banco custodiante, ou seja, pelo Bankers Trust. Quanto, ele ainda omite, mas, ao mesmo tempo que diz ter sido uma operação absolutamente normal, o sr. Collin orgulha-se pelo fato de a agência do BB jamais ter recorrido ao rescaldo do FED (Federal Reserve Bank) em Nova York; nem desta vez, pois foi auxiliado por bancos particulares. Ou seja, confirma exatamente a bobagem que a imprensa havia divulgado desde o início.

Estamos, agora, ensaiando uma tertúlia semântica. A reunião com os credores privados do Brasil, segunda-feira próxima, em Nova York, não seria para renegociar a dívida, seria para reciclá-la. Assalta-nos, diante disso, incontrolável vontade de rir e de chorar ao mesmo tempo. Rir das tentativas do governo de ganhar sua eterna briga com os fatos e chorar pela constatação de contarmos com administradores tão bisonhos. Vários banqueiros internacionais disseram várias vezes, há tempos, que estariam dispostos a renegociar a dívida brasileira desde que este fizesse um acordo com o FMI. Todo mundo que acompanha com atenção o noticiário econômico se lembra disso. As autoridades brasileiras pensam, todavia, que somos débeis mentais, incapazes de perceber a relação entre a ida ao FMI e o encontro com os credores.

Mais ou menos a mesma coisa diz um artigo do Financial Times, reproduzido na Gazeta Mercantil de ontem, sob o sugestivo título O lema dos ricos: importar ou morrer, o que quer dizer que os países ricos descobriram que se os países menos desenvolvidos falirem os ricos falirão junto com eles. E a única maneira de impedir a sua falência é importar o mais possível o que eles têm para exportar.

Em resumo, as proporções da crise atual, por paradoxal que possa parecer, deixaram o Sul, no seu diálogo com o Norte, numa posição de força que há pouco tempo parecia impossível conquistar.

A verdade é que estamos inadimplentes de fato, praticamente desde o mês de setembro. Não é uma inadimplência de direito, porque não foi proclamada oficialmente, e tudo o que vem sendo feito é para evitar isso. Estamos, no momento, sendo sustentados por uma aliança de governos estrangeiros, que resolveram segurar as pontas, como se diz, pagar as nossas contas, até que façamos uma renegociação mais formal e definitiva com nossos credores privados. E é esta que vai começar na semana que vem em Nova York — o resto é tergiversação.

De toda essa catástrofe financeira, na qual passamos a desempenhar o papel principal, deslocando para segundo plano o México e a Argentina, que num primeiro momento eram os personagens principais do drama, resultam, porém, algumas coisas positivas que merecem ser observadas e analisadas em maior profundidade por todos quantos se debruçam sobre o problema das relações internacionais. No plano interno, já dissemos, o impacto dessa crise tem contribuído para esclarecer e desmistificar muita coisa, até mesmo desacreditando de vez autoridades que só se mantinham à custa de engodos e molecagens intelectuais. Livrar-nos dessa gente é o resultado que esperamos de tais episódios.

No plano internacional estamos assistindo a uma decidida atitude do governo americano em favor do Brasil, que acaba de ser ratificada pelo porta-voz do Tesouro norte-americano, segundo nosso correspondente em Washington, ao dizer que o governo do seu país está preparado para prestar a assistência que for necessária ao Brasil como participante de um pacote multilateral. Confirma-se assim a existência de uma espécie de aliança política entre os principais governos ocidentais que inclui o Brasil como parceiro. Isto não é pouca coisa e certamente se deve muito à acuidade política do atual secretário de Estado norte-americano, George Shultz, cujo papel, nessa decisão, foi ponderável.

Agora, esse tratamento sem dúvida singular do caso brasileiro insere-se num contexto mais amplo, do qual também já tratamos aqui, mas que ontem foi esmiuçado em artigo que publicamos do comentarista econômico mais importante dos EUA, Leonard Silk. Ele nos adverte que no plano internacional "um novo consenso, pós-keynesiano e pós-monetarista parece estar emergindo". Esse novo consenso tem como base o fato, afinal reconhecido pelas principais potências econômicas, de que os problemas econômicos e financeiros atuais têm caráter estrutural, não são meros acidentes conjunturais.

Leonard Silk relembra que já em 1959 o prof. Robert Triffin, da Universidade de Yale, chamava a atenção para a necessidade de amplas reformas no sistema surgido em Bretton Woods, ameaçado por dilemas insuperáveis. Isso já entrou agora na pauta de discussões entre os cinco grandes, que se reuniram na semana passada em Frankfurt, enquanto, por outro lado, a compreensão de que um sistema de comércio internacional mais equânime e mais bem distribuído também passou a fazer parte de todas as cogitações.